

Gerente executivo de Controles Internos da Previ participou de webinar sobre novos critérios adotados pela União Europeia

Quais serão os impactos no Brasil e na América Latina com a nova taxonomia da União Europeia? Esse foi o tema do webinar em que Rafael Castro, gerente executivo de Controles Internos da Previ, participou na última quinta-feira, 24/9. O evento foi organizado pelo Principles for Responsible Investment (PRI), uma iniciativa internacional apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne investidores institucionais como a Previ, gestores de ativos e prestadores de serviços com o objetivo de colocar em prática e disseminar os princípios para o investimento responsável.

A taxonomia traz novos critérios que identificam investimentos que contribuem para sustentabilidade ambiental e econômica da União Europeia. No webinar, que foi conduzido por Marcelo Seraphim, head do PRI no Brasil, especialistas de diversas áreas foram ouvidos sobre os possíveis impactos dessas normas na América Latina. Rafael Castro, que representou as entidades fechadas de previdência complementar, falou um pouco sobre mudanças que podem ter repercussões positivas para o setor com a vigência da taxonomia:

“Os fundos de pensão já precisam fazer, por regra, uma avaliação dos riscos socioambientais nas análises de seus investimentos. Isso já acontece, é uma obrigação enquanto entidade. Acredito que a nova taxonomia europeia não terá necessariamente um impacto que afetará nosso investimento local rapidamente. Mas indiretamente pode trazer uma série de benefícios que podemos incorporar eventualmente em nossos processos. Se existe uma regra de taxonomia definida lá fora, os fundos podem ter uma estratégia incorporada para usar essas métricas como referência, inclusive para olhar o seu próprio portfólio e saber o grau de aderência”.

Rafael, que está concorrendo a uma vaga no Conselho do PRI em 2020 [como representante da Previ](#), também listou os benefícios que podem surgir, ainda que a médio e longo prazo: “Talvez tenhamos informações mais qualificadas em produtos locais, diminuindo a questão do greenwashing, com regras mais definidas. Serão produtos mais qualificados que as entidades fechadas de previdência complementar poderão utilizar e selecionar em seus processos de investimento. A transparência das informações das companhias também pode aumentar. Sabemos que muitas das nossas empresas locais são alvos de investidores de mercado europeu ou de mercados que também têm em outras taxonomias sendo desenvolvidas. Elas serão pressionadas para começar a divulgar as informações em um formato alinhado com as necessidades da avaliação da taxonomia. Diretamente a gente não tem nenhuma mudança na prática para as EFPC, mas indiretamente, para o setor de investimentos, para a agenda de investimento responsável, serão uma série de benefícios”.

Os outros participantes do webinar foram Maria Eugenia Sosa Taborda, coordenadora regional para América Latina e Caribe da UNEP-FI (Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente); Luzia Hirata, especialista em sustentabilidade do Santander Asset Management no Brasil; e Leisa Souza, coordenadora de Agricultura da Climate Bonds Initiative. Você pode acessar o webinar na íntegra [clicando aqui](#).

Fonte: Previ, em 29.09.2020